



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760**

## SENTENÇA

Processo nº: **0003779-31.2011.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Indenização por Dano Moral**  
 Requerente: **Jose Lourenço da Silva**  
 Requerido: **Comercial São Jorge Importação e Exportação Ltda e outro**  
 Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo**

### VISTOS

**JOSÉ LOURENÇO DA SILVA** ajuizou Ação **REPETIÇÃO DE INDÉBITO c.c. INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS** em face de **COMERCIAL SÃO JORGE COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA e MABE CAMPINAS ELETRODOMÉSTICOS S/A**, todos devidamente qualificados.

Aduz o autor, em síntese, ter adquirido da primeira requerida uma Lavadora fabricada pela “MABE” (segunda requerida) e que essa máquina apresentou defeito na “placa eletrônica”, conforme informou a assistência técnica que sugeriu sua substituição. Referido reparo não foi efetivado, e mesmo sendo instadas pelo PROCON, as requeridas não solucionaram a questão. Requer a procedência da ação com a condenação das empresas demandadas ao pagamento, em dobro, do valor pago em excesso, bem como, de indenização por danos morais em face dos dissabores sofridos. Juntou documentos às fls. 06/24.

Devidamente citada, a correquerida COMERCIAL SÃO JORGE apresentou contestação alegando preliminarmente, a falta de interesse de agir. No mérito, sustentou, em síntese, que: 1) é mera revendedora do produto, não se responsabilizando por vício de fabricação; 2) foi efetuado o reparo, entretanto, o autor não quis receber o produto por motivos desconhecidos; 3) não houve comprometimento da qualidade e da característica da máquina, que se encontra em perfeito estado de uso com as peças substituídas; 4) o autor não sofreu nenhuma violação de direito, apenas houve um contratempo contratual inerente a qualquer negócio jurídico; 5) não há provas nos autos do dano moral alegado. No mais, rebateu a inicial e pediu a improcedência da



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

ação.

Devidamente citada, a corrê MABE ITU ELETRODOMÉSTICOS S/A contestou alegando, em síntese, que: 1) o autor estava ciente do prazo mínimo para a finalização do conserto; 2) mesmo após o reparo, o requerente recusou-se em receber a lavadora; 3) a forma de uso e manutenção por parte do consumidor muito influencia no surgimento de alguma irregularidade no produto; 4) jamais deixou de prestar a devida assistência aos seus clientes; 5) o requerente deixou de comprovar a existência e a extensão dos danos sofridos. No mais rebateu a inicial e pediu a improcedência da ação.

Sobreveio réplica às fls. 74/76

Pelo despacho de fls. 81, foi determinada a produção de provas. O autor e a correquerida, Mabe, solicitaram a oitiva de testemunhas. A requerida Comercial São Jorge permaneceu inerte.

As partes foram convocadas à tentativa de conciliação, que resultou infrutífera (fls.111/112).

Alegações finais das requeridas foram apresentadas às fls. 117/118 e 120/125, conforme determinado a fls.116. O requerente ficou inerte.

O julgamento foi convertido em diligência pelo despacho de fls.131. Na sequência, a correquerida, Mabe, manifestou-se às fls.138/139.

Houve audiência de instrução às fls.146, onde foi declarada a preclusão da prova oral solicitada pela MABE.

Na sequência, a correquerida, Comercial São Jorge, apresentou memoriais remissivos às fls. 152/153.

**É o relatório.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

### **DECIDO.**

Inicialmente cabe consignar que o autor adquiriu o produto como destinatário final e não para revenda; assim, é consumidor, aplicando-se ao caso o CDC.

A sobredita compra de uma máquina lavadora, se deu em 01/02/2010; passados alguns dias, o produto apresentou problema técnico que o tornou impróprio ao uso, e foi levado à assistência técnica (cf. fls. 10).

Temos nos autos como ponto incontroverso que ocorreu um vício de qualidade, ou seja, aquele que torna o produto impróprio ou inadequado ao fim a que se destina. E, por tal ocorrência o comerciante é solidariamente responsável com o fabricante, nos termos do art. 18 do CDC.

Nos dizeres de Leonardo Roscoe Bessa:

A pretensão do consumidor em relação à substituição do produto, à devolução do valor pago ou ao abatimento proporcional do preço, além das perdas e danos (§ 1º do art. 18), podem ser dirigidas tanto ao comerciante, como ao fabricante ou a qualquer outro fornecedor intermediário que tenha participado da cadeia de produção e circulação do bem (importador, distribuidor etc.) (*in* Manual de Direito do Consumidor, 2ª ed., editora RT, Antonio Herman V. Benjamim, Claudia Lima Marques e Leonardo Roscoe Bessa, 2008, pg.152).

A alegação lançada o último parágrafo de fls. 13 confunde fato com vício do produto, institutos apenas semelhantes.

O segundo, conforme mencionado acima, é o defeito que torna o produto inadequado ao consumo; já o primeiro, também chamado de “acidente de consumo”, é o evento que traz insegurança ao consumidor.

Nos dizeres de Antonio Herman V. Benjamim: “fato de produto” ou “fato do serviço” quer significar dano causado por um produto ou serviço, ou seja,



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

dano provocado (fato) por um produto ou um serviço (grifei)".

Já "vício do produto", no magistério de Leonardo Bessa, é aquele que: 1) torne o produto impróprio ao consumo; 2) que lhe diminui ao valor; 3) decorrente da disparidade das características dos produtos com aquelas veiculadas na oferta de publicidade.

Dessa forma, a a corrê, Comercial São Jorge Importação e Exportação Ltda., tem legitimidade para ocupar o polo passivo da presente demanda.

Passo à análise do mérito.

Como já dito, temos como ponto incontroverso que o aparelho deu entrada na assistência técnica e ali constataram um sério defeito de fabricação.

O vício não foi sanado no prazo de 30 dias; assim, o autor/consumidor, atento as hipóteses lançadas no § 1º do art. 18 do CDC, pediu a substituição (v. fls. 10).

Agora deseja apenas a restituição do preço, até porque, o aludido bem foi encaminhado à assistência técnica em 03/02/2010 (cf. fl. 10) e até o momento não retornou.

Os "fatos modificativos" lançados nas defesas não foram provados pelas ré, em que pese a expressa oportunidade concedida pelo Juízo, é de rigor a procedência parcial, impondo-se a elas o dizer de restituir ao autor o que desembolsou, desde a data do desembolso, mais juros de mora à taxa legal, a contar da citação.

Por outro lado, não há amparo legal para o pedido de restituição em dobro, pois segundo os artigos 42 do CDC e 940 do Código Civil tem direito ao pagamento em dobro aquele que é cobrado/demandado por dívida já paga ou por valor além do devido, hipóteses não tipificadas no caso dos autos; (é o autor que vem a juízo demandando contra a ré e não o contrário...)



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

Nesse sentido:

*“A dobra do artigo 940 do Código Civil, no entanto, é incabível na espécie.*

*Observe-se que a norma em questão, é fácil perceber, prevê sanção civil.*

*E é de noção elementar que as regras legais ou contratuais prevendo a incidência de sanções em geral impõem interpretação restrita, cerrada ao texto do dispositivo.*

*Ora, o citado dispositivo legal é assim redigido: “Aquele que demandar por dívida já paga, no todo ou em parte, sem ressaltar as quantias recebidas ou pedir mais do que foi devido, ficará obrigado a pagar ao devedor, no primeiro caso, o dobro do que houver cobrado e, no segundo, o equivalente do que dele exigir, salvo se houver prescrição” (grifei).*

*No caso, o autor não foi “demandado por dívida já paga”.*

*Daí que, não se enquadrando a hipótese no arquétipo do art. 940 do CC, remanesce ao autor apenas o direito de ver excluída da a indigitada parcela. (Apelação com Revisão nº 0027900-21.2010.8.26.0482 – TJSP – Relator Ricardo Pessoa de Mello Belli – 19ª Câmara - Apelantes/Apelados: WAGNER RENATO DA SILVA LEITE e BANCO BRADESCO S/A – MM. Juiz do Primeiro Grau: Dr. Leonino Carlos da Costa Filho – Comarca de Presidente Prudente).*

Destarte essa parte do pleito inaugural não merece acolhida.

Em relação ao pleito de danos morais:

No caso, não vejo razão para reconhecê-lo.

O que se passou, na verdade, foi simples desacordo comercial, insuscetível de causar o menoscabo moral, conforme venho decidindo em casos análogos.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

A respeito cf. STJ – 3ª T. REsp 50.999/SC.

No mesmo diapasão a seguinte ensinança: AgRg no Ag 865229/DF, Rel. Ministro FERNANDO GONÇALVES, 4ª Turma, DJ 02/03/04 - STJ:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DANO MORAL. NÃO CONFIGURAÇÃO. CONCLUSÃO DO ACÓRDÃO RECORRIDO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. VEDAÇÃO. AGRAVO IMPROVIDO.

1. conquanto o dano moral dispense prova em concreto, competes ao julgador verificar, com base nos elementos de fato e prova dos autos, se o fato em apreço é apto, ou não, a causar o dano moral, distanciando-se do mero aborrecimento. De fato, na espécie, o Tribunal a quo não reconheceu o dever de indenizar, por entender ausente o abalo moral do agravante. Rever tal entendimento implicaria o reexame de fatos e provas, o que é vedado nos termos do verbete nº 7 da Súmula do STJ.

2. Agravo improvido.

Hodiernamente, o que se vê é a banalização do instituto do dano moral. Qualquer discussão ou mero aborrecimento dão azo a ações de indenizações por danos morais, desamparadas de fundamento e desacompanhadas dos requisitos essenciais da responsabilidade civil e do dano moral.

Veja-se:

(...) Não há falar em indenização por dano moral se as sensações de dor moral não passam de mero aborrecimento. Não comprovando escorreitamente a autora os fatos constitutivos do seu direito (art. 333, inc. I do CPC) e restando, assim, indemonstrados os requisitos aptos a gerar o dever de indenizar, quais sejam, o evento danoso, o dano efetivo e o nexo causal entre o ato/fato e a lesão, é de ser negado o pedido de indenização por danos morais. (TJSC; acórdão 2007.014592-7; rel. Des. Mazoni Ferreira, data da decisão: 10/05/07, com grifos meus).

Confira-se, ainda:

CIVIL – Dano moral – CDC – Responsabilidade civil objetiva elidida – Inconfiguração – Ausência de prova de fato ensejador – Transtornos do dia a dia – Suscetibilidade exagerada. 1. A responsabilidade civil objetiva do fornecedor de serviços e/ou



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760**

produtos fica elidida, porque cede diante da prova da inexistência de fato a dar ensejo ao dano moral reclamado. 2. Só deve ser capaz de causar efetivo dano moral, a ocorrência efetiva da dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade dos acontecimentos do cotidiano, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. 2.1. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral, porquanto, além de fazer parte do que rotineiramente acontece no nosso dia-a-dia, no trato com terceiros, no trabalho, no trânsito, entre amigos e até mesmo no ambiente familiar, tais situações não são tão intensas, profundas e duradouras a ponto de romper o equilíbrio psicológico do indivíduo e suficientes a lhe ensejar sofrimento interno e profundo no seu âmago, provocativo de dano moral que mereça ressarcimento. 2.2. Ao contrário, seria tutelar de forma distinta e inadmissível quem, fugindo à regra da normalidade das pessoas, possui exagerada e descomedida suscetibilidade, mostrando-se por demais intolerante. Recurso da ré conhecido e provido para julgar improcedente a postulação inicial, dando-se por prejudicado o recurso da autora (TJDF – ACJ nº 20.010.810.023.985 – DF – 2ª TRJE – Rel. Des. Benito Augusto Tiezzi – DJU 01.04.2002). Para que seja devida a indenização por dano moral é necessário que o autor comprove a efetiva ocorrência de prejuízo com a configuração de abalo moral ou psicológico do ofendido. (TAPR – AC nº 188.323-6 – 1ª C. Civil – Rel. Marcos de Luca Fanchin – DJPR 31/10/2002 – com grifos meus).

\*\*\*\*\*

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pleito inicial para **CONDENAR** as requeridas, **COMERCIAL SÃO JORGE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.** e **MABE CAMPINAS ELETRODOMÉSTICOS S/A**, solidariamente, a restituir ao autor, **JOSÉ LOUROENÇO DA SILVA** a importância de R\$ 845,06 (oitocentos e quarenta e cinco reais e seis centavos), com correção a contar do desembolso, mais juros de mora, à taxa legal, a contar da citação.

Conforme acima alinhavado, fica rechaçado o pleito de danos morais e também o pedido de “ressarcimento em dobro”.

Ante a sucumbência parcial, as custas e despesas do processo





**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA CÍVEL**  
R. SORBONE, 375, Sao Carlos-SP - CEP 13560-760

serão rateadas na proporção de 50% para cada parte (ativa e passiva). No entanto, deverá ser observado o que dispõe o art. 12 da LAJ, em relação ao autor, que é beneficiário da gratuidade de justiça.

Consigno, desde já, que o prazo de 15 dias previsto no art. 475-J, CPC, passará a fluir, independentemente de intimação, a partir do trânsito em julgado da presente. E caso não haja o cumprimento voluntário da obrigação incidirá multa de 10% sobre o valor da condenação.

**P.R.I.**

São Carlos, 1º de outubro de 2013.

**MILTON COUTINHO GORDO**  
**Juiz de Direito**